

# V CONGRESO URUGUAYO DE CIENCIA POLÍTICA MONTEVIDEO, 2014

## PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, RECEPÇÃO E USOS CONCEITUAIS DA CIDADANIA NO BRASIL (1992-2011)

Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.

Augusto Clemente\* – UNIPAMPA  
[augustoclemente@unipampa.edu.br](mailto:augustoclemente@unipampa.edu.br)

Iris Nabolotnyj Martinez\*\* – UNIPAMPA  
[irisnabolotnyj@gmail.com](mailto:irisnabolotnyj@gmail.com)

### ÁREA TEMÁTICA: Teoría Política

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões a partir da análise da produção científica brasileira sobre cidadania, entre os anos de 1992-2011. A pesquisa possui caráter bibliométrico e analisa 203 artigos científicos coletados do Portal Scielo, considerado pelo autor o principal referente em termos de produção científica hoje no Brasil. Nesse sentido, cabe perguntar: como tem se desenvolvido a produção científica no Brasil no que concerne à cidadania? Outra questão se desdobra: que tipo de relação se estabelece entre o que reza o debate acadêmico brasileiro e o que produz a comunidade de pesquisadores? Além da reflexão crítica, propomos uma agenda para futuras discussões com base na história do pensamento Político Brasileiro.

Palavras-Chave: Cidadania; Produção Científica; História dos Conceitos.

---

\* Professor na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

\*\* Graduanda na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

## 1. Introdução

Durante o processo de transição de regime político no Brasil, que teve início nos anos 1970 e encerrou na década de 1980<sup>1</sup>, e, em especial, após a própria redemocratização, tanto os atores políticos engajados no respectivo processo, quanto a produção acadêmica voltada às questões relacionadas aos fenômenos políticos, procuraram oferecer respostas para as preocupações da consolidação democrática. Dentre tais preocupações encontra-se a temática da cidadania.

Cidadania é uma palavra polissêmica, sendo difícil precisar uma definição circunscrita. O que existe são diversas interpretações sobre o que é cidadania dentro das diversas correntes teóricas. Distintas associações podem servir para adjetivá-la ou conectar-se a ela. Por este fio condutor, este artigo se ocupa dos sentidos da cidadania no contexto brasileiro, sob o enfoque da História do Pensamento Político, sobretudo, a partir da abordagem germanófila da *Begriffsgeschichte* (História dos Conceitos).

O interesse específico está nos conceitos sobre o referido tema circunscrito ao que a comunidade de pesquisadores brasileira tem mobilizado para compreender, interpretar e explicar os problemas que procura responder. Deste modo, tomamos por objeto de análise os artigos científicos produzidos no Brasil de todas as áreas do conhecimento<sup>2</sup> que percebem a cidadania enquanto uma questão de preocupação, sendo que o material empírico foi coletado a partir da base disponibilizada na internet do Portal Scielo-Brasil (*Scientific Electronic Library Online*)<sup>3</sup>. A disponibilidade de material empírico desta base proporcionou uma extensão temporal de 20 anos – de 1992 até 2011 – e um montante de 203 artigos.

---

<sup>1</sup> O Brasil tem uma das mais longas transições políticas, que se inicia no Governo Geisel (1974-1979) e finaliza com a posse do Presidente Sarney em 1985. Todavia, a duração da transição brasileira não é consensual. Por exemplo, há autores que colocam as eleições de 1982 como início do processo (MAINWARING & SHARE, 1986).

<sup>2</sup> O recorte inicial contemplava somente o campo das Ciências Humanas. Porém, durante o processo de coleta de dados ficou perceptível que havia um leque grande de pesquisadores e periódicos de outras áreas, que não as Ciências Humanas, que se debruçavam sobre a questão da cidadania. Por exemplo: Ciências Farmacêuticas, Medicina, Neuropsiquiatria, Química, Ciências Biológicas, etc. Recortar o objeto para somente as Ciências Humanas, representaria excluir um elemento estruturante da construção do conhecimento sobre cidadania.

<sup>3</sup> Importante ressaltar que este trabalho é o início de um projeto mais amplo que incluirá outras fontes, tal como teses, dissertações e artigos de outras bases tal como o DOAJ (*Directory of Open Access Journals Free*) e o Scholar Google. Assim, o que será apresentado neste trabalho está mais para um projeto de tese com algumas considerações tiradas de um levantamento parcial do material empírico.

O critério para a seleção dos textos acadêmicos foi o de possuir “cidadania” como uma de suas palavras-chaves, partindo do princípio de que se um texto tem como uma das suas palavras-chaves “cidadania”, então, nele há algum conceito (explícito ou implícito) sobre a referida palavra. A opção por esse foco de análise é fruto da convicção do autor de que os periódicos científicos constituem núcleos privilegiados de produção do conhecimento, e, por conseguinte, da própria forma de interpretação e representação social dos sentidos que a cidadania adquire. Assim, os autores das bibliografias aqui analisadas são encarados enquanto um tipo específico de ator político.

Por esta perspectiva, a questão que move a pesquisa pode ser enunciada da seguinte maneira: como se dá a produção do conhecimento sobre cidadania no Brasil e que sentidos são atribuídos ao conceito em tela?

Para tentar responder estas questões, o estudo mobilizou um conjunto de variáveis que compõem três dimensões: a) *Descritiva*: ano da publicação, publicação, instituição da publicação, estado da publicação, instituição do autor, Estado/país do autor, Estado/país da instituição do autor, gênero do autor; b) *organização científica*: área de concentração da publicação, área de concentração do autor; c) *teórica*: autores-chaves, autores-chaves mobilizados, palavras-chaves cocitadas<sup>4</sup>.

Os conceitos políticos quando são mobilizados pelos pesquisadores permitem construir as questões de uma época – para usar os termos de Rosanvallon, constroem os “*campos históricos-problemáticos*” (1995, p. 16) – frente a uma sociedade que até então não enxergava a situação existente como um problema, ou melhor, como um *campo-problema*. Um exemplo é a própria cidadania que se metamorfoseou e adquiriu determinados sentidos ao longo da história. Todavia, é no período pós Segunda Guerra Mundial, no contexto da “segunda onda” democrática (HUNTINGTON, 1994) e, também, do avanço da social democracia em alguns países da Europa – tal como, a Grã Bretanha, Alemanha e Suécia – que a cidadania ganhou maior repercussão enquanto teoria propriamente dita, pela obra de Thomas Humphrey Marshall (1949).

Para Marshall, ao longo dos processos de modernização, algumas normas se autonomizaram e se formalizaram em torno de três noções de direitos: Cívicas, Políticas e Sociais.

---

<sup>4</sup> Adiante, em seção específica, este ponto será retomado.

O elemento civil é composto por direitos necessários à liberdade individual — liberdade da pessoa, liberdade de fala, de pensamento e fé, o direito de propriedade e de concluir contratos válidos, e o direito à justiça.[...] as instituições mais diretamente associadas aos direitos civis são as cortes de justiça. Por direitos políticos eu entendo o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um corpo investido de autoridade política ou como eleitor de membros de tal corpo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos locais de governo. Quanto ao elemento social entendo ser toda uma gama de direitos, desde um *modicum* de segurança e bem-estar econômico até o direito de compartilhar por completo a herança social e de viver a vida de um ser civilizado conforme os padrões prevalentes na sociedade. As instituições mais conectadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1949, p.08)

Cada um desses conjuntos de normas se institucionalizou em momentos particulares e em decorrência de pressões provenientes de atores políticos diferentes: os direitos civis teriam se consolidado primeiro, no decorrer do século XVIII, seguidos pela luta e institucionalização dos direitos políticos no século XIX e, por fim, pela implementação dos direitos sociais no século XX.

A teoria de Marshall foi alvo de objeções. Para citar apenas algumas dessas críticas, e para exemplificar o quanto o próprio conceito de cidadania é objeto de disputas, pode-se citar Tom Bottomore (1992), que alerta que as políticas do *Welfare State* não alteraram a configuração classista da sociedade e nem a eliminação da pobreza. A ordem (cronológica) de Marshall também não explica as experiências socialistas, em que direitos sociais foram conquistados, em detrimento dos direitos civis e políticos, e desencadeado novas assimetrias de poder e renda. No mesmo sentido, Margaret Somers (1993) argumenta que as classes do modelo marshalliano agregaram indivíduos de origens socioeconômicas díspares, que se organizavam acerca de interesses às vezes divergentes, às vezes comuns, e com projetos políticos que não necessariamente possuíam identidades classistas. Há que considerar ainda a geopolítica, como ressalta Michael Mann (1996), em que a estratégia de “construção da cidadania” de regimes políticos pode ter a ver mais com as relações internacionais, vitórias em guerras mundiais, do que com questões internas às nações.

De todo modo, como observam Kymlicka e Wayne (2002) há grandes riscos em buscar uma teoria da cidadania e os motivos para tanto são de duas ordens. O primeiro é que o alcance de uma teoria da cidadania é ilimitado, já que praticamente todo problema de filosofia política implica relações entre cidadãos e entre os cidadãos e o Estado. E o segundo é que existe uma frequente confusão entre dois conceitos que sempre aparecem

neste debate, que é (a) a cidadania como condição legal e pertencimento a uma comunidade política particular, e (b) a cidadania como atividade desejável, isto é, como um tipo de conduta desejável para que a extensão e a qualidade da minha própria cidadania dependam dos meus atos naquela comunidade.

O que é preciso reter desta explanação inicial, que denota a polissemia a respeito da cidadania, é que ao se conceituar algo há um potencial de prognóstico que cria novos “horizontes de expectativas”: *“Não se trata mais, portanto, de conceitos que classificam experiências, mas sim de conceitos que criam experiências”* (KOSELLECKp. 324).

A comunidade de pesquisadores, objeto indireto desta pesquisa, são agentes situados em pontos definidos da estrutura social: universidades e centros de pesquisa. Nas suas atividades cotidianas trabalham com e produzem textos acadêmicos e é por isso que uma investigação centrada nos textos com que trabalham pode dizer muito a respeito da forma pela qual constroem representações sociais acerca da cidadania. O material que transacionam ao longo dos circuitos do ensino e da pesquisa são representações da sociedade impressas em artigos, teses e dissertações. É neste sentido que esta pesquisa oferece uma via de acesso àquilo que pensa e interpreta a produção do conhecimento científico a respeito da cidadania no Brasil, permitindo descortinar a trama de associações, que faz com que seu repertório intelectual seja, em alguma medida, compartilhado por muitas outras pessoas (MELO, 1999).

O artigo está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar será apresentada brevemente a teoria que fornece as categorias analíticas para a interpretação dos dados: a História dos Conceitos<sup>5</sup>. Em seguida passamos a tratar do que realmente é o objeto do nosso trabalho que é a apresentação de uma radiografia inicial sobre a produção científica brasileira sobre a temática da cidadania. Por fim, apontamos para alguns “achados” nas considerações finais. Com este trabalho se pretende contribuir para expandir o conhecimento que atualmente temos sobre os debates envolvendo cidadania – e porque não dizer também da democracia – no contexto brasileiro e suas diferentes inter-relações.

---

<sup>5</sup> Ressaltamos que não será privilegiado neste trabalho o debate acadêmico brasileiro sobre cidadania. Devido à falta de laudas suficientes para realizar tal feito, foi dada preferência para uma exposição explanatória a respeito do material empírico coligido e da maneira pela qual tentamos apreender o referido material.

## 2. História dos Conceitos: Breve Exposição

A disciplina que se debruça sobre a história dos conceitos pode ser dividida em duas escolas: a abordagem collingwoodiana, designada a Escola de Cambridge e que tem entre seus principais representantes Quentin Skinner e John Pocock, e a *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos) alemã que tem em Reinhart Koselleck seu nome maior. A primeira é dominante da academia de língua anglófona, gozando de prestígio em outros contextos. A história conceitual alemã era até recentemente restrita à academia de fala germânica, mas vem ampliando significativamente sua recepção nas academias europeias e também no Brasil.

Para os fins deste artigo não aprofundaremos todo o debate que gira em torno desta disciplina. Serão apresentados apenas alguns aportes teóricos que podem fornecer categorias para a análise dos nossos dados, a começar por Reinhardt Koselleck e o projeto da *Geschichtliche Grundbegriffe*<sup>6</sup> (História dos Conceitos Básicos, doravante GG). Uma das teses do GG é a de que houve um período denominado de *Sattelzeit* (tempo-sela ou tempo-montaria) – aproximadamente: 1750 a 1850. Nesse período os vocábulos políticos e sociais alemães foram transformados em velocidade acelerada e em determinadas direções (KOSELLECK, 1994).

A ideia que está por trás do *Sattelzeit* refere-se à mudança semântica que teria ocorrido no universo da política nas últimas décadas do século XVIII, e que teria dado passagem ao mundo conceitual contemporâneo. A hipótese é a de que os conceitos políticos modernos possuem quatro características: a) *temporalização*: que se refere ao enquadramento dos conceitos nesse ou naquele horizonte da história; b) a *democratização* dos vocabulários políticos e sociais, antes especializados e restritos às camadas de elites; c) *ideologização*: o crescente grau de agregação de conceitos em ideologias, e; d) a *politização* dos conceitos (KOSELLECK, 1994).

---

<sup>6</sup> Trata-se de um dicionário de Conceitos Políticos Fundamentais que abrange cerca de 120 conceitos em mais de sete mil páginas. Seu programa e propósitos são: a) informar os usos passados, na Alemanha, de conceitos políticos e sociais; b) caracterizar os modos pelos quais a linguagem deu forma e registrou os processos de mudança que transformaram cada área da vida política e social alemã de meados do século XVIII à meados do século XIX; c) tornar mais aguçada para os dias de hoje a consciência de como é usada a linguagem política e social.

Outro elemento da relação entre conceitos e realidades se expressa na noção de camadas temporais (*time layers*), que corresponde à noção segundo à qual os vários significados inscritos num determinado conceito têm durações heterogêneas. Não há, pois, singularidade individual no uso de um conceito. Se alguns dos conteúdos dele permanecem ativos, outros desaparecem (KOSELLECK, 1994). Por exemplo, se pegarmos o conceito de cidadania, o que vemos é uma palavra polissêmica com muitos significados diferentes associados a ela que apontam para suas camadas temporais. No entanto, é a intensidade de repetição que constitui a longa duração da sua linguagem política e da sua semântica.

Entretanto, a maior contribuição de Koselleck para a compreensão das três instâncias de temporalidade (passado, presente e futuro) é a sua construção conceitual de *espaço de experiências* e *horizonte de expectativas*. A “experiência” e a “expectativa” são duas categorias históricas que entrelaçam o passado e o futuro. A experiência pertence ao passado que se concretiza no presente por meio da memória, vestígios e permanências.

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia (KOSELLECK, 2006, p. 309-310)

As expectativas, por sua vez, visam o futuro. Correspondem a todo um universo de sensações e antecipações que se referem ao que ainda virá. Desta forma, tudo o que aponta para o futuro, todas as nossas expectativas, fazem parte deste horizonte de expectativas, bem como a curiosidade a seu respeito e pela análise racional que o visa. A expectativa, enfim, é tudo aquilo que hoje (ou em um determinado presente) visa o amanhã. Deste modo, tal como a experiência se realiza no presente, também a expectativa se realiza no hoje, se constituindo em um “futuro presente”. Como já mencionado, estas duas categorias entrelaçam o futuro e o passado. Elas repercutem uma na outra. São categorias complementares, visto que a experiência abre espaços para um certo horizonte de expectativas. Mais ainda, uma experiência ou o registro de uma experiência referido a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro.

Ao ressignificar o espaço de experiência incluindo em seu “campo” outros registros um conceito impacta no horizonte de expectativas, podendo alterá-lo. Metaforicamente falando, tal como o horizonte de uma paisagem, o horizonte de expectativas Koselleck compreende a linha por de trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiências, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada, apenas imaginada por este ou aquele ângulo.

Kari Palonen, cientista político finlandês, busca estreitar as conexões entre o enfoque *collingwoodiano* e a *Begriffsgeschichte*, por exemplo, ao incorporar a noção de Quentin Skinner de “*primazia do tempo curto sobre o tempo longo*” às concepções temporais de Koselleck. Interessa para Palonen os usos dos tempos políticos como algo que liga os momentos de ruptura e duração. Ele empresta a ideia de camadas temporais de Koselleck, porém propõe outra tipologia ideal: a) *oportunidade*: que se refere aos momentos cruciais de historicização e politização dos conceitos. A oportunidade corresponde aos períodos de transição; b) *momentum*: que se refere à identificação de um ponto de ruptura histórica e também à continuação do legado de um conceito durante um período. No *momentum* é possível perguntar se a ruptura continua a conservar a sua força original ou se uma nova força surge. Os neologismos e os conceitos *slogan* possuem *momentum*. Desta forma, se os conceitos são produto de um demorado processo de teorização, a sua “data vencimento” de se refere ao processo de exaustão de um *momentum*; c) *extensão temporal*: faz o inverso quando comparado com o *momentum* passado. Aqui, o ponto de ruptura refere-se a um prazo de aplicação do conceito. O entendimento de que um conceito tem um prazo de término determinado pode ainda aumentar o seu potencial político antes de alcançar este ponto, ou, inversamente, desencorajar as pessoas que agem dentro desta extensão temporal a usá-lo. A extensão no tempo desempenha uma dupla função de servir como um tempo limite e uma demarcação do período durante o qual continuam a existir chances especiais para uso dos conceitos; d) *calendário*: essa é a noção que regulariza os aspectos do *momentum* e da *extensão temporal*. O calendário indica o caráter plural tanto do *momentum* quanto da *extensão temporal* dos conceitos, pois cada um deles marca um item especial na agenda, ilustrando a descontinuidade entre os itens e a sua independência recíproca.



Por este fio condutor, os dias assinalados no calendário conceitual combinam indicações de oportunidade, *momentum* e extensão temporal, numa mistura ampla na qual podem ser acrescentados e revisados a qualquer momento, indicando mudança de conjunturas, revisões e inovações conceituais. Portanto, o calendário se refere a um amplo leque de possíveis empregos dos conceitos, permitindo a introdução de novos itens e também a reorganização dos itens existentes (PALONEN, 2007).

Essas tipologias de camadas temporais permitem obter uma visão das mudanças conceituais de curta duração. Ela pode ajudar a qualificar o caráter dos recursos disponíveis para manipular o tempo e perguntar sobre que conceitos se tornaram oportunos recentemente, que conceitos contêm um calendário disponível, como diferentes agentes políticos diferenciam-se entre si em relação ao perfil de temporalidade que imprimem aos conceitos, etc.. Podemos se perguntar, por exemplo, se a comemoração do dia 7 de setembro pode ser compreendida como uma marca apologética de oportunidade, como um indicador histórico de um *momentum* passado, ou como o fim de uma “luta heroica” que abriu caminho para o surgimento da cidadania no Brasil e de uma política cotidiana.

Os pontos de ruptura criam novas possibilidades para os agentes, que não podem ser aproveitadas imediatamente, mas, ao contrário, exigem a passagem do tempo para a sua realização. A partir do despontar de um novo horizonte de expectativas novas possibilidades para a ação estão sujeitas a um processo de corrosão, devido ao fato de que os adversários também se dão conta da nova situação e aprendem a criar movimentos em direção oposta. As possibilidades não permanecem um monopólio mantido exclusivamente por aqueles que foram os primeiros a usá-las. Em outras palavras, as referências às camadas temporais não devem ser compreendidas como uma simples linha divisória “objetiva” no curso da história, mas como movimentos retóricos na luta política (PALONEN, 2007).

O que Palonen mostra é, sob a influência de Weber, a presença central da contingência no mundo dos próprios escritos políticos. “*Ao revelar as descontinuidades entre o passado e o presente, a história dos conceitos revelaria também a natureza contingente do presente. O mundo é como é, mas poderia ser diferente*” (SILVA, 2009, p. 132). Assim, o pensador político deve ser compreendido como um tipo específico de ator

político, que atua em contextos de disputas retóricas em torno de conceitos mediante os quais compreendemos, legitimamos ou contestamos instituições e práticas políticas.

Por meio da intensidade em que são propagados, os conceitos tornam-se orientados para o futuro, e não só este futuro pode ter uma duração diferente ou um conteúdo diverso, como também a estrutura desse futuro é prescrita pelas lentes embutidas no conceito. Um conceito pode não apenas embutir uma orientação para o futuro, mas também várias outras orientações à futuros estruturados diversamente e que existam em diferentes dimensões (MOTZKIN, 2006).

A sua performance semântica não é somente derivada das circunstâncias sociais e políticas às quais eles se referem: *“Um conceito não é simplesmente indicativo das relações que ele cobre; é também um fator dentro delas. Cada conceito estabelece um horizonte particular para a experiência potencial e a teoria concebível e, neste sentido, estabelece um limite”* (KOSELLECK, 1985a, 84). Não apenas a linguagem é historicamente condicionada, como a própria história é linguisticamente condicionada. Na relação entre conceitos e realidade os significados linguísticos *“criam, ao mesmo tempo em que limitam, as possibilidades da experiência política e social”* (JASMIN & FERES JÚNIOR, 2006, p. 27).

Importa no estudo do pensamento político a intensidade e os meios nos quais um conceito, uma ideia ou certa posição são propagados com o propósito de alcançar hegemonia nas questões políticas, ou obter influência sobre as decisões da agenda pública (calendário). Nesse sentido, o Cientista Político Uffe Jakobsen investigou na Dinamarca os diferentes empregos do conceito de cidadania, objetivando localizar alguma mudança conceitual em seu termo. Jakobsen encontrou cinco categorias predominantes: a) cidadania como direitos; b) cidadania como identidade; c) cidadania como virtudes cívicas; d) cidadania como participação política, e; d) cidadania como “escolha do consumidor livre”. É neste último caso, como consumo para o bem estar social, que o autor aponta para um exemplo de mudança conceitual com implicações para o próprio conceito de democracia. Pois, a concepção da cidadania como consumidor não pode ser categorizada como uma concepção política, já que está bastante longe das ideias básicas e subjacentes de soberania popular. Os achados de Jakobsen são relevantes para nos perguntarmos como o conceito de cidadania é pensado

e conceituado no Brasil. Verificar parcialmente esta questão, com o escopo voltado à comunidade científica, é o objetivo da próxima seção.

### **3. A Pesquisa: Procedimentos e Resultados**

Como mencionado anteriormente, a investigação trata de analisar a produção bibliográfica que tem a cidadania como base teórica. A preocupação está em interpretar a forma pela qual a comunidade científica se apropria e ressignifica os conceitos do tema em foco.

Com relação aos procedimentos propriamente ditos, primeiramente, foram coletados todos os artigos do Scielo-Brasil que possuem como uma de suas palavras-chave a palavra “cidadania”, de todas as áreas do conhecimento, que correspondeu aos anos entre 1992 a 2011. As categorias utilizadas para “decompor” os textos compõem as seguintes categorias, demonstradas no Quadro 1. A análise dessas dimensões possibilitou verificar a factibilidade do estudo e a realização de inferências. Permitiu, também, apontar quais são os potenciais e as possíveis ausências na agenda de estudos em cidadania no Brasil, ao menos no que se refere à base avaliada, que reúne parte importante da produção sobre a temática.

A busca resultou em 203 textos no Scielo, de pesquisas publicadas no Brasil e sobre o Brasil a respeito da cidadania – não foram contabilizadas pesquisas que possuíam um objeto de estudo estrangeiro, assim, somente autores brasileiros ou brasilianistas foram considerados. O universo no qual nos debruçamos é limitado e, como já salientado, é um primeiro passo rumo a uma pesquisa mais ampla e com dados de outras bases. No entanto, a leitura dos artigos nos possibilitou alguns achados, discutidos a seguir.

**QUADRO 1 – Categorias de Análise da Produção sobre Cidadania**

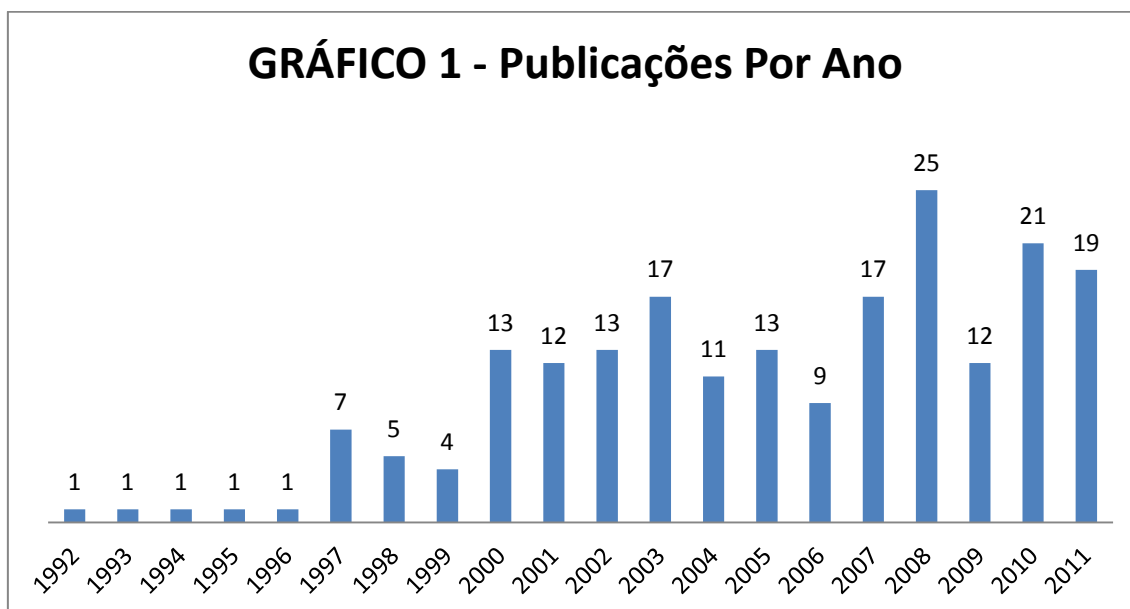
<b>CATEGORIAS</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
Ano	Ano de publicação do trabalho.
Publicação	Nome/tipo do suporte de publicação do trabalho (artigo, dissertação ou tese).
Instituição do autor	Filiação institucional do(s) autor(es) do trabalho. Pode haver mais de um autor.
Instituição da publicação	Instituição que sedia a publicação.
Estado da publicação	Estado da instituição que sedia a publicação.
Região da publicação	Região do país que sedia a publicação.
Estado/país da instituição do autor	Estado ou país da filiação institucional do(s) autor(es). No caso de múltipla autoria, a filiação também pode ser múltipla.
Região/país da instituição do autor	Região do país a que pertencem os autores.
Gênero	Gênero – masculino ou feminino – do(s) autor(es).
Área da publicação	Campo do conhecimento no qual a publicação se insere.
Área do autor	Campo do conhecimento no qual o(s) autor(es) se insere(m).
Autores-chaves	Autores, das listas de referências bibliográficas, mais citados pelos artigos.

Fonte: elaboração própria.

Autores-chaves mobilizados	Autores aos quais os trabalhos se referenciam para construir seu conceito de cidadania.
Palavras-chaves	Palavras-chaves mais cocitadas com a palavra-chave “cidadania”.

Para entender a evolução da produção acadêmica brasileira sobre cidadania é interessante começar por contextualizar os trabalhos numa linha temporal, como mostra o Gráfico 1. O primeiro artigo disponibilizado eletronicamente no Scielo data de 1992. Obviamente, não há porque pensar que antes não se publicava a respeito da cidadania. Mas talvez seja possível conjecturar que a produção anterior fosse tímida ou não frequentava as páginas destes periódicos, até mesmo em função do momento histórico que o país atravessava, no qual a maior preocupação dos analistas políticos estava na consolidação dos arranjos institucionais democráticos.

De todo modo, temos uma linha ascendente desde 1992 até 2011, mas que atinge um pico no ano de 2008, com 25 trabalhos publicados, equivalendo a 12,3% de toda a longitude. A responsabilidade por esse pico fica a cargo dos estudos da área da saúde, com 8 periódicos que abrigaram artigos. Não há uniformidade na produção, porém, uma tendência de linha ascendente com uma agenda robusta de pesquisas sobre cidadania a partir do ano de 2000.

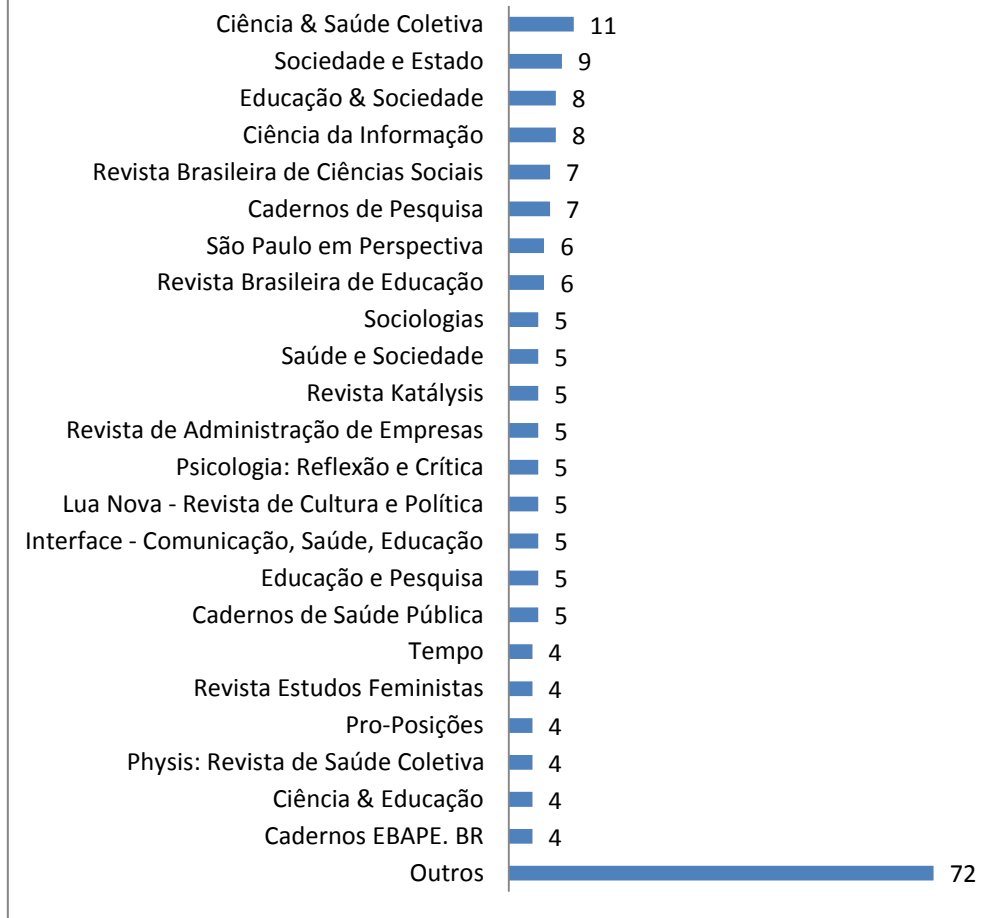


Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

O Gráfico 2 aponta para os periódicos que mais abrigaram artigos que versam sobre a temática aqui analisada. Entre eles destacam-se as revistas *Ciência & Saúde Coletiva* (11 casos), *Sociedade e Estado* (9 casos), *Ciência da Informação* (8 casos), *Educação & Sociedade* (8 casos), *Cadernos de Pesquisa* (7 casos), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (7 casos), *Revista Brasileira de Educação* (6 casos), e *São Paulo em Perspectiva* (6 casos). Não é possível afirmar que há concentração dos periódicos que aceitaram os 203 artigos analisados. Eles estão dispersos em mais de 50 revistas diferentes. Esses números mostram que há uma boa quantidade de periódicos, de impacto acadêmico entre médio e alto, dispostos a publicar material relacionado à cidadania no Brasil.

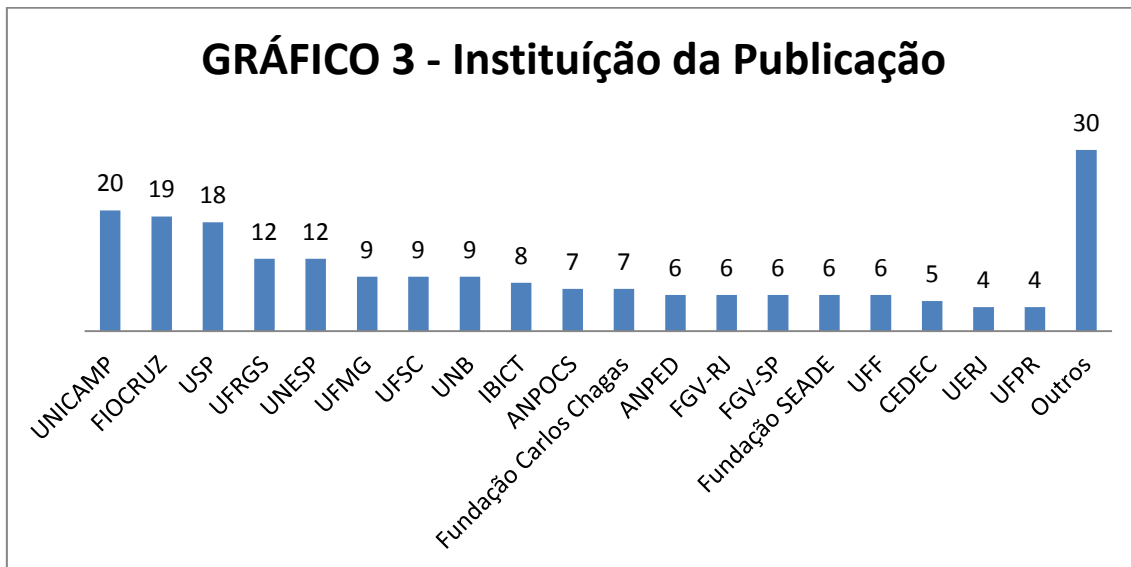
As revistas científicas que publicaram artigos relacionados ao nosso objeto de estudo são abrigadas pelas instituições demonstradas pelo Gráfico 4. Quando se analisa esse gráfico, percebe-se um resultado quase semelhante. Ou seja, há um grande leque de instituições que acomodam os periódicos, porém como uma relativa concentração institucional da produção bibliográfica sobre cidadania. Pois a UNICAMP abriga 20 Revistas, a FIOCRUZ abriga 19, a USP tem 18 periódicos e a UNESP e UFRGS abrigam 12 cada.

## GRÁFICO 2 - Publicação



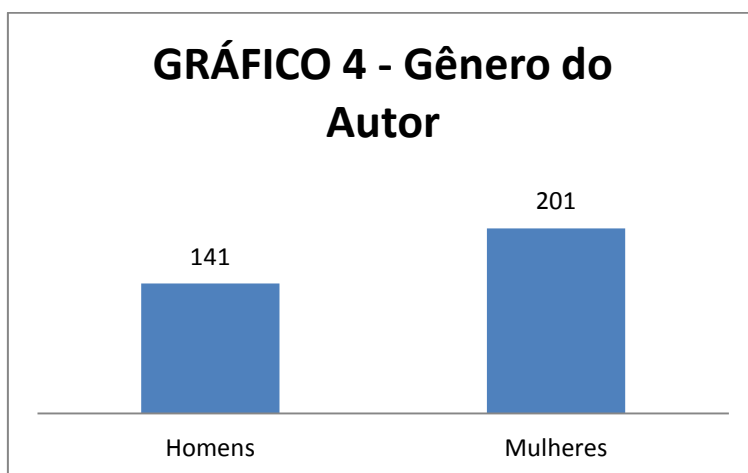
Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

## GRÁFICO 3 - Instituição da Publicação



Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

Em relação ao gênero dos autores, apuramos o predomínio das mulheres enquanto autoras de artigos que versam algo sobre cidadania no Brasil. De um total de 342 autores, 201 são mulheres (quase 60%). Esse é um dado interessante, quando se considera a contribuição feminista ao debate da cidadania, notadamente nos EUA. Não obstante, há um número relativamente baixo de trabalhos sobre o tema específico de gênero (13 casos) i. e., sobre exclusão da mulher da alçada da cidadania moderna. Dessa maneira, não há grandes questionamentos sobre a existência de assimetrias entre os sexos no âmbito da cidadania.



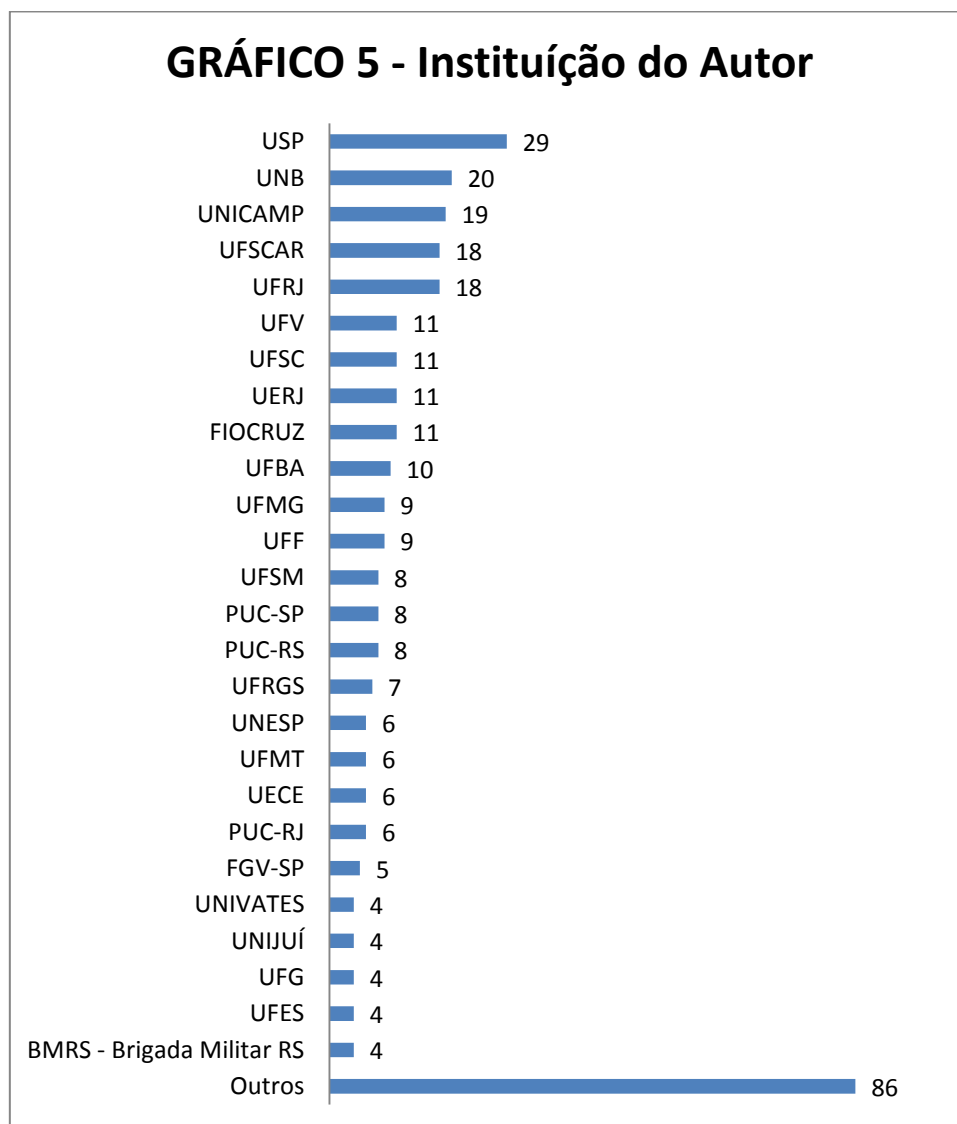
Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

No tocante à autoria, verificamos uma concentração institucional (Gráfico 5). Dos 342 autores que publicaram trabalhos relacionados à temática em questão, destacamos que 29 são da USP, 20 da UNB, 19 da UNICAMP e 18 da UFSCAR e da UFRJ. Há, digamos, uma “dispersão concentrada” na medida em que um grande volume institucional de autoria, mas com forte concentração em alguns centros de pesquisa do país. Esse dado também sugere que em geral os autores publicaram nas revistas de suas próprias instituições ou no máximo em instituições do mesmo Estado a que pertencem. Ainda, é de se supor que estes resultados reflitam o acúmulo quantitativo e qualitativo destas instituições em pesquisas no tema. Contudo, outras instituições tentam figurar entre estas, como é o caso da FIOCRUZ, UERJ, UFSC e UFV.

Como já fica implícito nos dados anteriores, há uma concentração geográfica da produção científica quando se consideram os estados e regiões da produção. O Gráfico 6 mostra essa concentração, levando em conta os Estados das revistas acadêmicas. Dois

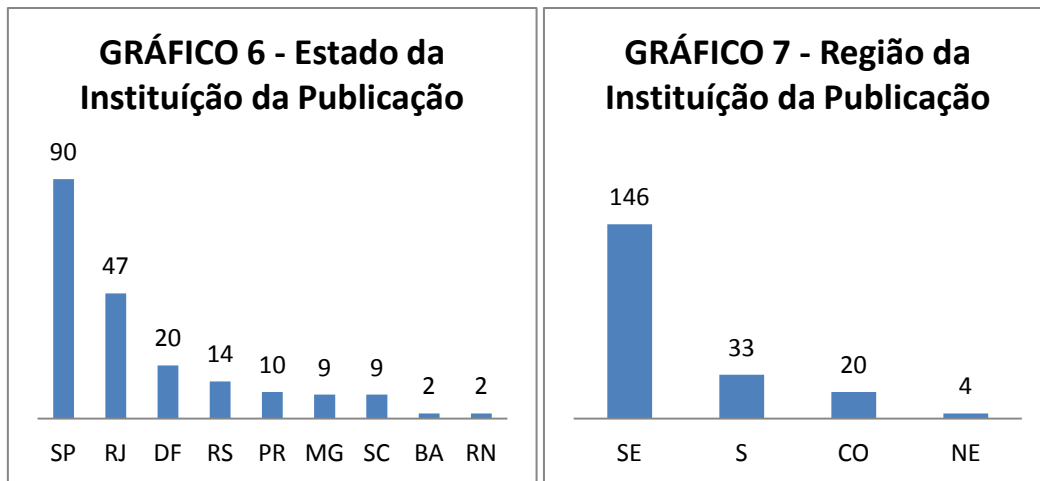


Estados (São Paulo e Rio de Janeiro) concentram 67,5% das publicações, quase dois terços, seguidos pelo Distrito Federal e Rio Grande do Sul.



Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

Ao se agregar os resultados para as regiões brasileiras, a concentração geográfica se torna ainda mais evidente (Gráfico 7). Mais de 70% dos artigos aparece na região sudeste. O sul também sedia um número considerável (33 casos), bem como a região centro-oeste. Estas três regiões, portanto, concentram praticamente a totalidade das instituições que publicam algo sobre a cidadania no Brasil. O nordeste aparece somente com quatro casos.

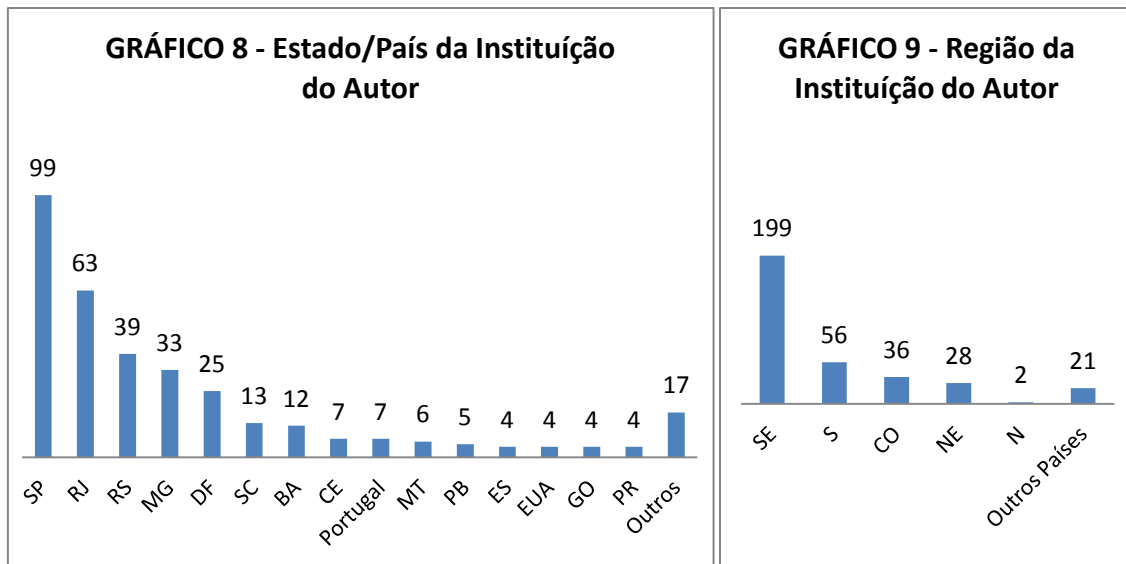


Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

A concentração geográfica também é visível quando se considera o estado/país das instituições dos autores. A situação se repete, mas inclui entre os autores que mais publicaram aqueles pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal (Gráfico 8). Pesquisadores oriundos do país de Portugal (7 casos) publicam mais sobre cidadania Brasil nos periódicos indexados ao Scielo do que muitos estados brasileiros, sendo que o mesmo vale para pesquisadores norte-americanos (4 casos).

Ao se agregar os resultados pela região a que pertence o autor, o sudeste concentra cerca de 60% da produção (Gráfico 9). O sul destaca-se por concentrar 56 casos, centro-oeste aparece com 36 e o nordeste com 28. Brazilianistas compõem 21 casos e, infelizmente, o norte – em vinte anos de produção – teve apenas 2 pesquisadores.

É válido destacar que num país com proporções continentais como o Brasil, onde severas desigualdades sociais dos mais diversos tipos (e que podem ser identificadas geograficamente) afetam a consolidação da cidadania, a concentração da produção acadêmica em poucas regiões e instituições torna-se injustificável. Contudo, pode-se supor que estudos sobre cidadania de outras regiões que não as do sudeste, sul e centro-oeste, não acedam às publicações do Scielo por vários motivos. Pode-se, por exemplo, inferir que há um controle da agenda de pesquisa em algumas instituições, que direcionam a produção em um sentido diferente daquele dado a pesquisadores locais.

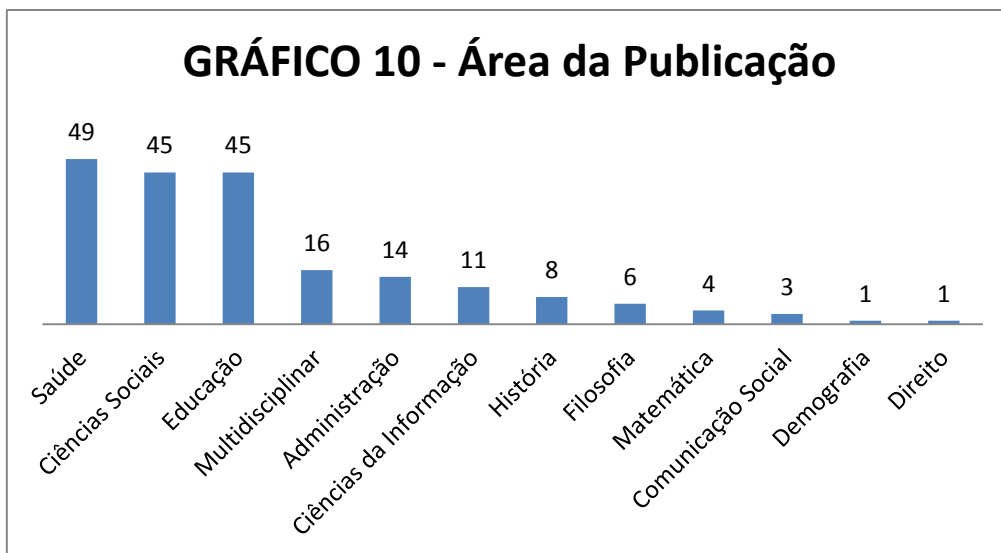


Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

Partimos agora para a descrição dos dados relacionados às áreas da ciência em que se concentram os trabalhos. No caso dos periódicos, observamos as informações fornecidas pelas revistas sobre as áreas a que se destinam suas publicações e as agregamos. No caso dos autores, foi feito o mesmo, consideramos a área de concentração a última formação ou título dos mesmos, informado pelo currículo *lattes* de cada qual.

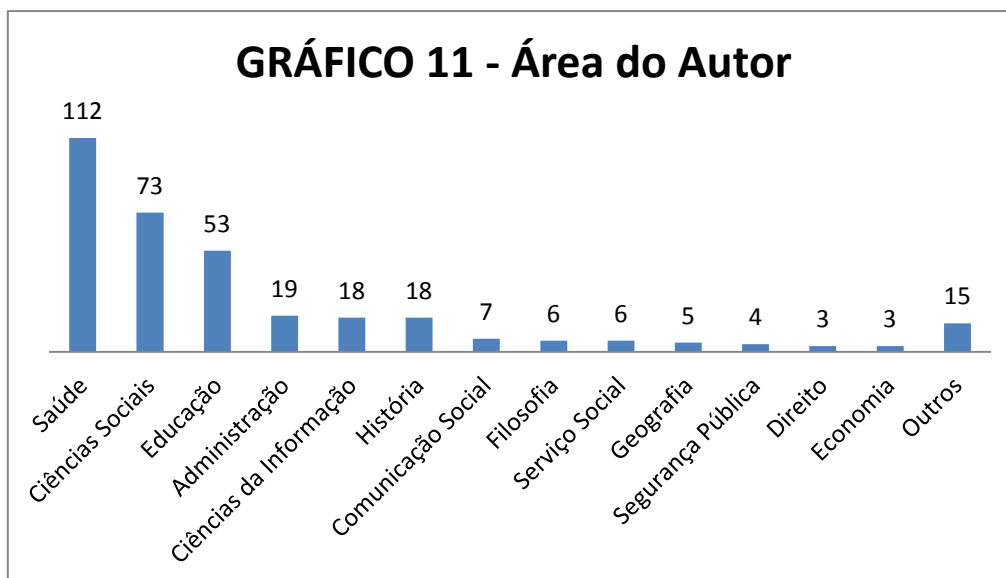
O Gráfico 10 aponta para aglutinação por área do conhecimento das revistas científicas. Para a nossa surpresa a área do conhecimento que mais se debruça sobre cidadania no Brasil é a Saúde, somando-se as suas subáreas (psiquiatria, psicologia, enfermagem, nutrição, etc.) com 49 casos. As Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e a Educação somam 45 casos cada. Ou seja, as três áreas do conhecimento juntas representam quase dois terços dos periódicos interessados no debate com respeito à cidadania. Espanta, contudo, a quase ausência de periódicos da área Jurídica, com apenas 1 caso, uma vez que um conceito mínimo de cidadania é justamente aquele que reza sobre a conquista e a fruição dos direitos.

Importante notar que publicações de diversas outras áreas também recebem artigos sobre cidadania, constituindo temática de revistas devotadas a campos os mais diversos, com destaque para a Administração (pública e privada) e Ciências da Informação. Há, assim, uma variedade de aplicações do conceito de cidadania que revela seu caráter multidisciplinar.



Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

No que concerne à área de concentração dos autores dos trabalhos (Gráfico 11), a dinâmica é semelhante, guardando algumas semelhanças sutis. Como no caso das publicações, o predomínio é a área da Saúde com 112 casos (só a psicologia tem 37 casos), as Ciências Sociais somam 73 casos (isolada, a Sociologia 40 tem casos) e a Educação com 53 casos. Entretanto, percebemos ter espaço no debate as áreas das Ciências da Informação/Comunicação, Administração e História. Novamente, há uma profusão de campos de conhecimento.



Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

Uma das formas de saber quais os caminhos que a produção acadêmica sobre cidadania tem trilhado refere-se às teorias que servem de lente interpretativa aos fenômenos

analisados pelos autores dos artigos aqui observados. Por esta perspectiva, o Gráfico 12 apresenta os referenciais teóricos mais citados. Para compor essa matriz de dados catalogamos todas as listas bibliográficas dos 203 artigos, o que deu um montante de 6850 palavras. Em média os artigos catalogados apresentaram cada um 34 referências bibliográficas, destes consideramos como fundamentais aqueles que tiveram uma frequência de citação acima de 15 vezes.

Deste modo, os 25 referenciais-chaves do Gráfico 12 compõem o léxico da produção científica brasileira voltada para a cidadania no Scielo. Mesmo com um caráter multidisciplinar, e com grande aglomeração nas áreas da Saúde e Educação, a temática da cidadania é composta por um léxico teórico dado prioritariamente pelas Ciências Sociais (Paulo Freire, Zilda e Almir Del Prette e Edgar Morin constituem exceções). Tal fato pode ser explicado pela tese de Manuel Palacios da Cunha e Melo (1999), de que as interpretações do Brasil (sua cultura, pensamento político, formação social, etc.) foram dadas pelas Ciências Sociais. Assim, Ciências Sociais é a resposta para a pergunta que Melo se faz, e que dá o nome à sua obra – “Quem explica o Brasil?”. Pensando em termos de cidadania, parece fazer sentido que este cenário continue.

Os referenciais do Gráfico 12 podem ainda ser separados por *clusters* e linhagens de pensamento, por meio da técnica de cocitação – i. e., os autores que são citados juntos pelos mesmos artigos. Este passo ainda está sendo dado pela nossa pesquisa. Contudo, já podemos especular algumas linhagens teóricas que interpretam a cidadania no Brasil, tal qual uma perspectiva voltada à participação na esfera/espço público – Habermas, Arendt, Dagnino, Avritzer; uma perspectiva ancorada num enfoque institucional com o marco na noção dos Direitos – Marshall, Bobbio, Carvalho, W. G. dos Santos; uma perspectiva crítica do modelo de cidadania eurocêntrica, de teóricos da sociedade pós-industrial, pós-modernos ou, ao menos, críticos à modernidade – Castells, Foucault, Sousa Santos; uma perspectiva que parte da educação – Freire; uma perspectiva voltada às questões da sustentabilidade ambiental – Jacobi; uma centrada nas acepções corporativas de responsabilidade social – Zilda e Almir Del Prette, etc. Estas inferências ainda são hipóteses a serem melhores desenvolvidas e testadas.

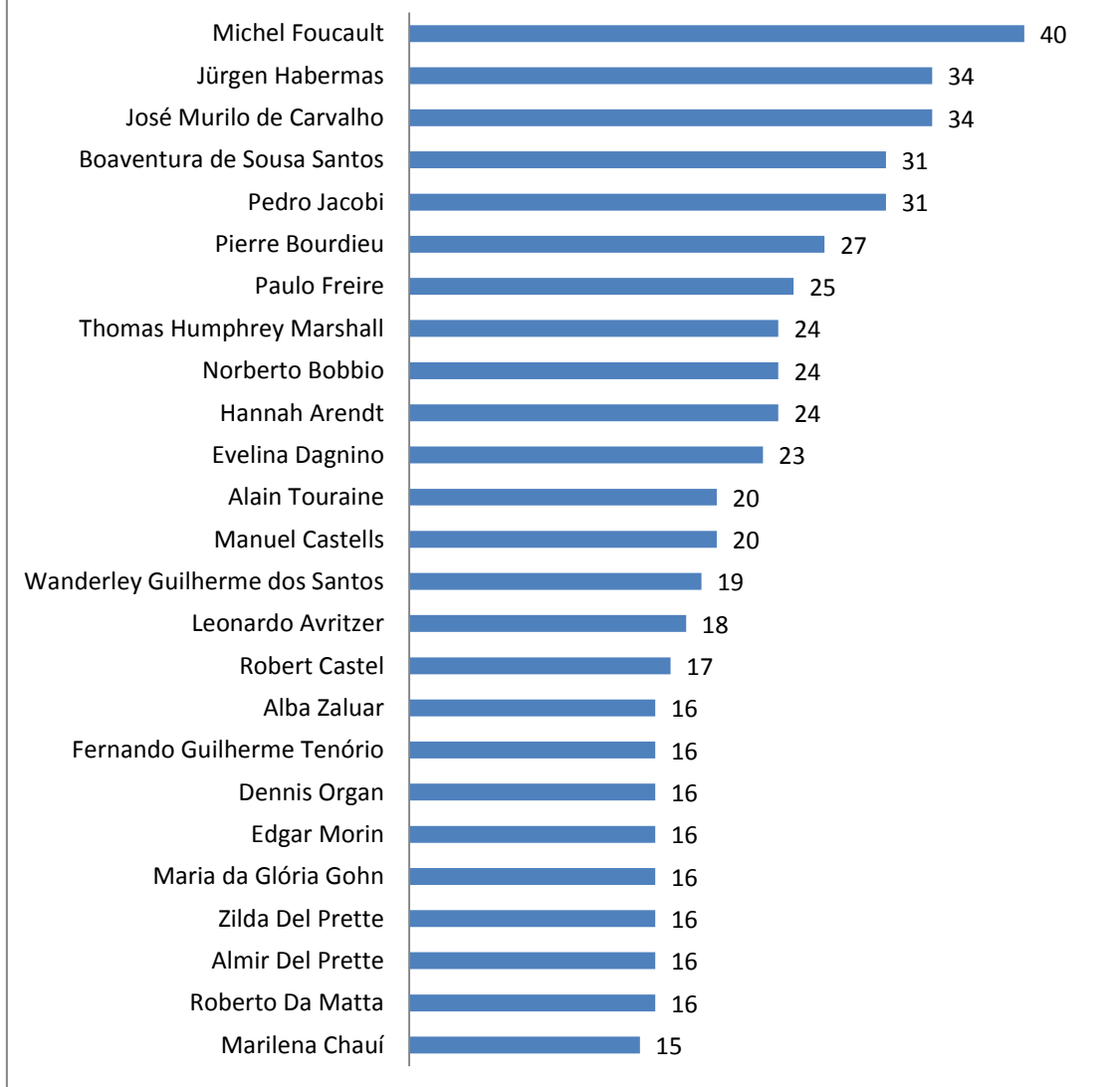
Ainda, dois fatos chamam a atenção: o primeiro é a inexistência de referenciais comprometidamente marxistas, como Décio Saes, por exemplo, que discute a cidadania no Brasil. E o segundo é o de Foucault ter uma frequência de citações elevada. A forte

presença da área da Educação e da Saúde, especialmente os estudos de psicologia, psicopedagogia, psiquiatria, com temáticas voltadas para a reforma psiquiátrica, e educacional podem explicar a presença deste autor como o mais citado. Este dado é relevante, na medida em que o conceito de cidadania cunhado por estas pesquisas se baseia na inclusão dos despossuidores de “razão” (loucos, crianças e adolescentes). Ou seja, embora haja muitas controvérsias e dificuldades em enquadrar o referido autor em alguma corrente teórica, minimamente ele pode ser entendido como um crítico ao projeto de modernidade e à noção de que a razão emanciparia o homem. A noção subjacente é a de que se a razão é o centro das representações que impõe a ordem social, os despossuidores de razão são afastados da vida em sociedade e aprisionados em instituições disciplinares

Se pensarmos nestes termos, pode haver um *cluster* formado por Foucault e Sousa Santos, explicando, também o alto padrão de citações deste último. Esse dado é relevante, na medida em que pode representar um novo horizonte de expectativas para o conceito de cidadania. Pedro Jacobi também chama a atenção, e seu *cluster* pode estar numa interface entre a área de concentração da Educação, Sustentabilidade e Participação Política.

A forma pela qual se dá esse processo de citação, isto é, a incorporação de autores-chaves, de um determinado debate acadêmico, na construção de artigos, teses e dissertações, por parte da comunidade científica revela outra trama de questões que merece algumas linhas de explanação. As citações e utilização de referenciais clássicos não correspondem somente à expectativa de um registro das contribuições pretéritas ao progresso do conhecimento em uma especialidade científica. Numa pesquisa sobre esta questão, Wright (1991) demonstra resultados que apontam para o fato de que a principal motivação de um cientista ao citar um clássico está em persuadir o leitor. Trata-se do uso interessado da citação para o convencimento que torna a citação um recurso retórico, um procedimento associado com a intenção de persuadir. Por esta perspectiva, um texto acadêmico é estruturado com a finalidade de sustentar uma proposição e por isso ele mobiliza diferentes outros textos acadêmicos à medida que sua argumentação demanda recurso à autoridade de outros pesquisadores (MELO, 1999).

## GRÁFICO 12 - Autores-Chaves: Mínimo de Quinze Citações



Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

Virgínia Cano (1990) em um estudo bibliométrico assevera que importa saber a localização da citação no texto, que, entre os autores clássicos estaria fortemente concentrada na seção metodológica dos textos. No que se refere aos não-clássicos, estes situam-se preferencialmente nas seções relativas à apresentação da literatura devotada à discussão dos resultados. Esses achados da autora foram submetidos à apreciação de especialistas com o objetivo de se avaliar o significado desse padrão de citação. A resposta foi a de que os clássicos representavam melhor um “conhecimento tácito” compartilhado pelos praticantes daquela especialidade. Os resultados desta pesquisa contribuem para o entendimento do padrão de citação dos artigos aqui analisados, pois à

semelhança do que acontece com os especialistas de Cano, que continuam citando os textos clássicos que compõem um quadro de referências para seu trabalho, os redatores de artigos que versam sobre cidadania no contexto brasileiro também mencionam autores clássicos responsáveis pela abordagem que julgam adotar um quadro de referências, mesmo que o seu ponto específico de estudo guarde pouca relação com tais obras. Essa hipótese pode explicar o porquê de autores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu aparecerem fortemente citados nos artigos do portal Scielo.

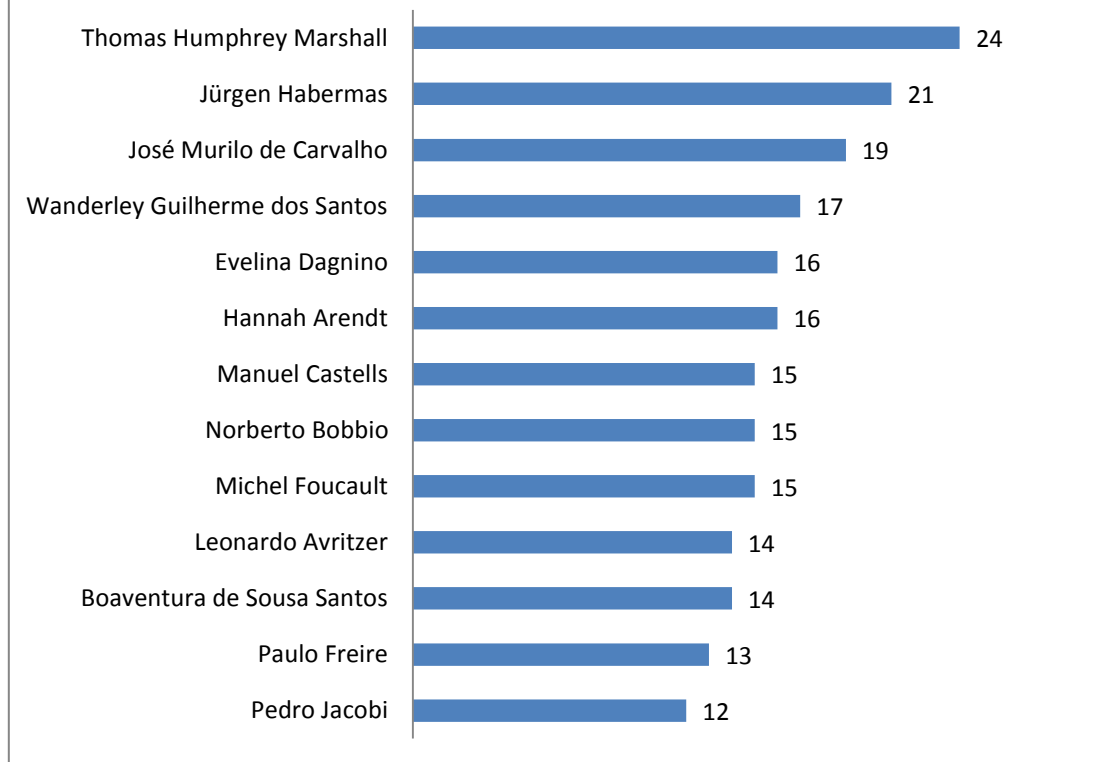
Levando em conta a parte do texto em que a citação ocorre, e também para relativizar o Gráfico 12, buscamos encontrar os autores centrais no que diz respeito ao conceito de cidadania mobilizado (Gráfico 13). Ou seja, nos artigos, procuramos identificar os autores-chaves que foram instrumentalizados para fundamentar a argumentação sobre cidadania. Marshall como era de se esperar é fortemente reverenciado, mostrando como que a noção de cidadania é fortemente calcada, ainda, nas suas formulações a respeito da conquista dos direitos. Contudo, Habermas foi outra surpresa, pois embora tal autor não tenha uma concepção bem acabada sobre o que é cidadania, as formulações em torno dele foram subentendidas enquanto capacidade dos indivíduos de deliberarem e atuarem na esfera pública.

A forte presença de brasileiros entre os autores chaves também é um dado que mostra o grau de amadurecimento das pesquisas no Brasil, em especial em Ciência Política: Wanderley G. dos Santos, José Murilo de Carvalho, Evelina Dagnino e Leonardo Avritzer são os exemplos.

Além do padrão de citação das listas de referências bibliográficas, que o fizemos com o intuito de perceber os conceitos de cidadania construídos pelo léxico acadêmico que são mobilizados pela comunidade de pesquisadores, também identificamos as palavras-chaves dos artigos com um objetivo similar. O procedimento utilizado foi a coleta de todas as palavras-chaves dos artigos da nossa matriz de dados. Uma vez que todos os artigos já possuíam a palavra-chave “cidadania”, identificamos o volume das outras palavras-chaves cocitadas com “cidadania”. Com isso buscamos perceber os rumos da produção conceitual da cidadania, encontrando as associações e representações mais frequentes feitas ao seu conceito. O montante foi de 750 palavras-chaves (com exceção de “Cidadania”, que não foi coletada), que separamos por categorias (Gráfico 14).



### GRÁFICO 13 - Autores-Chaves Mobilizados



Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

Observando o Gráfico 14, percebemos que há uma profusão de temas, teorias e objetos de estudo elencados em comunhão com a palavra-chave cidadania. Contudo, a categoria *Educação e Sistema de Ensino* se sobressai. E que se assomada à categoria *Conhecimento, Ciência e Pesquisa* apontam para um sentido fortemente pautado por uma noção de que o alcance da cidadania é uma questão de educação e acúmulo de conhecimento. Entretanto, se tomarmos a perspectiva da conquista de direitos sociais pode-se incluir a ela a categoria *Saúde Mental e Física*. Pois, saúde e educação são eixos que pertencem a dimensão dos problemas sociais que o Brasil possui, e que só poderão ser resolvidos por meio de um princípio de acesso aos direitos e reparação das assimetrias sociais, como também indica a categoria *Inclusão e Desigualdade Sociais*.

A categoria *Gestão Pública e Políticas Públicas*, por sua vez, indica uma tendência de encarar a cidadania tanto como objeto de regulação estatal, quanto para a democratização do Estado. A variável subsequente – *Participação Política e Associativismo* – parece estar associada a esta última concepção, uma vez que nela estão

incorporadas as noções de participação popular em mecanismos de tomadas de decisão e deliberação públicas.

A participação, deste modo, remete à noção republicana de afirmação das liberdades positivas. E de que a cidadania somente pode ser assegurada mediante a participação política e o engajamento político. Nesse sentido, ela também se conecta de alguma maneira às categorias *Cultura Política e Virtudes Cívicas*, que associa fortemente a cidadania à valores e comportamentos. A categoria *Teorias: Democracia e Sociedade Civil* parece caminhar nessa mesma direção.

Uma perspectiva voltada à deliberação pública também pode ser observada pela categoria *Comunicação, Informação e TICs*. Esta variável aponta para emergência de um objeto de estudo em ascensão. Mais ainda, se na concepção de Marshall ser cidadão significa ter sua parte na repartição de todos os benefícios de que a sociedade dispõe, para que todos tenham um padrão aceitável de civilização, na contemporaneidade tal fato é sinônimo de ter acesso à sociedade da informação.

A categoria *Direitos, Justiça e Judiciário* além de apontar para a abordagem pautada na fruição dos direitos, também mostra a preocupação voltada para as questões relacionadas à justiça e às instituições responsáveis pela sua manutenção. Fator relevante se considerarmos o cenário de constantes injustiças que caracterizam o país. É nesse sentido que a categoria *Controle Social, Segurança Pública e Violência* pode ser incluída nesta mesma análise. Pois, a violência atenta principalmente contra os direitos civis – da liberdade de ir e vir –, que são a base da pirâmide Marshalliana, bem como para as liberdades negativas do indivíduo.

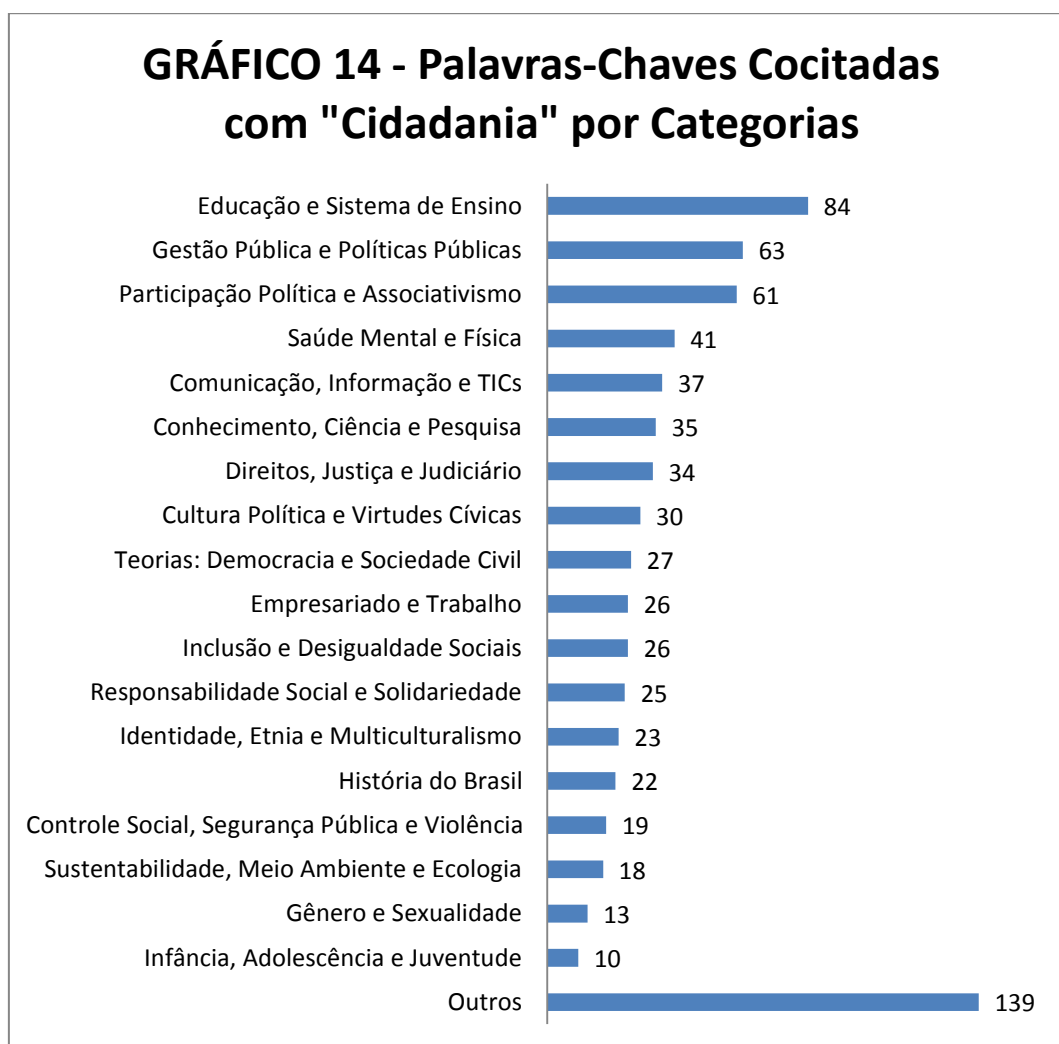
Com relação às categorias *Responsabilidade Social e Solidariedade e Empresariado e Trabalho*, as concepções que envolvem os seus conceitos de cidadania se referem à noção de voluntariado, boas práticas organizacionais e o desenvolvimento de ações filantrópicas. Tais concepções provêm, em geral, da área de concentração da Administração e apontam numa direção de despolitização do conceito de cidadania.

Na categoria *Identidade, Etnia e Multiculturalismo* o que se coloca em destaque é o caráter subjetivo da cidadania, frequentemente ignorado numa perspectiva liberal ortodoxa que ressalta o caráter universal da cidadania moderna. Assim, o que tal linhagem teórica ressalta são os aspectos da diferença, da cultura e das minorias étnicas.

No tocante à categoria *Meio ambiente, Ecologia e Sustentabilidade* são as questões socioambientais que são vistas como elementos centrais nas relações de sociabilidade construídas entre os cidadãos e entre estes e o Estado.

Além destas categorias, há outras concepções que pouco tangenciam o núcleo central do conceito de cidadania, mas que galgam menos repercussão. Esse é o caso da categoria *Gênero e Sexualidade*. Este fato é pouco encorajador, tendo em vista as desigualdades entre os sexos e o grande volume de mulheres autoras dos artigos aqui analisados.

O contínuo monitoramento da base pesquisada e a inclusão de outras bases poderão dizer, no futuro, se estas concepções e temas irão representar ou não novos padrões e mudanças conceituais à temática aqui em foco.



Fonte: elaboração própria a partir do Portal Scielo

## 5. Considerações Finais

O atual estágio desta investigação ainda carece de maiores aprofundamentos. Convém lembrar, este texto é um esboço melhorado de um projeto de pesquisa mais amplo, que incorporará e comparará outras bases de dados, tal como teses e dissertações, aumentando a longitude temporal. O cruzamento de outras variáveis, como objeto de estudo, técnicas e métodos de pesquisa, conceitos mobilizados, etc., também dará maior rigor interpretativo sobre o “raio-x” da produção científica brasileira acerca da cidadania. Ainda, a partir do refinamento metodológico, com a utilização de técnicas, por exemplo, de *clusters*, redes, etc., poderemos melhor visualizar as linhagens de pensamento que marcam as interpretações acerca da cidadania.

No entanto, com base nos dados coligidos e reconhecendo os limites da nossa pesquisa, pudemos apresentar alguns achados: a produção acadêmica sobre cidadania, desde 1992, tem sido ascendente, com um pico no ano de 2008 ocasionado pela aglutinação dos estudos da área da saúde. O predomínio dos autores é do gênero feminino (quase 60%). É possível localizar geograficamente (SP, RJ, DF e RS) e institucionalmente (UNICAMP, FIOCRUZ, USP, UNESP e UFRGS) as publicações. Com relação aos autores dos trabalhos, praticamente ocorre o mesmo, com pouca variação. Há uma aglutinação geográfica (SP, RJ e DF) e institucional (USP, UNB, UNICAMP, UFSCAR, UFRJ). A aglutinação também ocorre por áreas do conhecimento, tanto dos periódicos quanto dos autores dos trabalhos (Saúde, Ciências Sociais e Educação).

A ausência de uma concepção fortemente marxista não é algo que passa despercebido, uma vez que o capitalismo impõe severas restrições para que os indivíduos tornem-se sujeitos de direito. Da mesma forma, levando em conta que a maioria das autorias dos trabalhos é de mulheres, não há muitos estudos que explorem as assimetrias entre os sexos.

As considerações de Kymlicka e Wayne colocadas na introdução do trabalho a respeito das dificuldades de se teorizar a cidadania se fizeram sentir durante o decorrer da pesquisa. A variedade de autores, objetos, teorias, modalidades discursivas, etc., encontradas o comprovam. Entretanto, acreditamos ter encontrado alguns modelos de cidadania de linhagens teóricas diversas: a) Cidadania Participativa e Associativa: foco nas liberdades positivas e na participação política; b) Cidadania como Direitos e Justiça:

foco nas liberdades negativas, nos direitos, sobretudo, sociais e no controle social; c) Cidadania Comunicativa e Deliberativa: ênfase nos debates e deliberações públicas; d) Cidadania como Virtudes Cívicas: ressalta aspectos comportamentais e valorativos, tal como o apego à noção de democracia, civismo, etc.; e) Cidadania Corporativa: ênfase na concepção de responsabilidade social das organizações de mercado e na filantropia, como uma forma de amenizar a exploração do capital; f) Cidadania Multicultural: questiona a universalidade da modernidade e enfatiza as identidades étnicas; g) Cidadania Sustentável: adiciona o elemento socioambiental como mediador central das relações que atravessam a esfera pública; h) Cidadania Feminista: denuncia as assimetrias de gênero e os aspectos relacionados à sexualidade; i) Cidadania Educacional: a educação é vista como responsável para a formação de cidadãos. Este modelo poderia estar incluído no item “b”. Contudo, devido à intensidade de frequências, ele parece merecer uma tipologia específica.

Se este estudo não conseguiu alcançar uma conclusão definitiva, ao menos serviu para criar hipóteses para num futuro próximo serem testadas. E é no teste destas hipóteses que o aporte provindo da história do pensamento nos é útil. Algumas das linhagens acima tiveram, para usar a tipologia de Palonen, a sua oportunidade, *momentum*, extensão temporal e calendário. Por exemplo, o contexto de transição de regime político teve influência nesse processo. As concepções de *Cidadania Participativa e Associativa* e *Cidadania como Direitos e Justiça* foram além da oportunidade. Seu *momentum* e extensão temporal continuam e transcenderam para um calendário. Direitos e instituições participativas foram, em maior ou menor medida, expandidos.

A *Cidadania Comunicativa e Deliberativa* têm tido um *momentum* desde o começo dos anos 2000 e, ao que parece, sua extensão temporal está só ingressando uma vez que o país está começando a se ajustar a nova realidade da sociedade da informação e à era digital. Deliberações públicas tendem a se aprofundar. Por sua vez, a concepção *Corporativa* da cidadania, de “redução de danos”, surge com o neoliberalismo nos anos noventa. Essa foi a oportunidade desse modelo de cidadania, bastante questionado. Sua extensão temporal permanece, apesar de parecer que está sendo pouco a pouco reduzida. As tentativas em associar o cidadão ao *status* de “consumidor” de serviços públicos e de trazer para a gestão pública ferramentas do *New Public Management* são as suas principais características.

No que tange aos modelos de cidadania Multicultural e Feminista, no Brasil eles tem tido sua oportunidade dentro do próprio *calendário* da democracia representativa e participativa. No bojo do núcleo mínimo da cidadania liberal, a perspectiva para os atores engajados com tais bandeiras têm sido o de expansão dos direitos de exceção e de reconhecimento das identidades. Há indícios de que estes se afirmarão num calendário. É o que as políticas afirmativas, por exemplo, tem mostrado, mesmo e apesar das resistências contra essa agenda.

A oportunidade da *cidadania sustentável* no Brasil foi o começo da década de 1990. As conferências da ONU realizadas no Rio de Janeiro em 1992 colocaram no calendário de debates as questões relativas ao meio ambiente, proporcionando uma extensão temporal a este conceito. O que é preciso perceber em termos de mudança conceitual, neste caso, é que a perspectiva sustentável apresenta uma novidade: a de incorporar o meio ambiente às relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e o Estado. A cidadania sustentável inclui mais um ingrediente que transcende as relações pessoais e institucionais.

Contudo, é a cidadania associada à educação onde está a maior intensidade no período aqui analisado. A ideia subjacente de que as instituições de ensino formam cidadãos coloca para o debate teórico antigas questões, como, por exemplo, sobre os limites da responsabilidade formativa: se do âmbito público ou privado. Esta questão nos remete novamente aos problemas discutidos por Kymlicka e Wayne (2002) sobre como se formar um cidadão, i. e., e que remete à inculcação de valores nos indivíduos para que estes tenham um determinado tipo de comportamento desejável.

De todo modo, não há motivos para acreditar que o horizonte de expectativas da cidadania no Brasil escape ao espaço de experiências aqui apresentado. O léxico que discutirá o conceito de cidadania, e com isso as próprias práticas de cidadania, é fornecido pelas perspectivas teóricas e normativas aqui delineadas, que são mobilizadas pela comunidade científica, enquadrada aqui não como distante dos conflitos políticos que atravessam a sociedade, blindada pela neutralidade científica. Mas, ao contrário, enquanto formada por redatores que contestam ou legitimam as representações sociais que contribuem para construir.

## 6. Referências

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

AVRITZER, L. **Orçamento participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte**. In: Evelina Dagnino, Sociedade civil e espaços públicos no Brasil, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BEVIR, M. **Meaning and intention: a defence of procedural individualism**. *New Literary History*, v. 31, p. 385-403, 2000a.

BEVIR, M. **'On tradition'**. *Humanitas*. v. 13, p. 28-53, 2000b.

BEVIR, M. **The text as a historical object**. *Finnish Yearbook of Political Thought*, v. 4, 2000c

BEVIR, M. **A lógica da História das Idéias**. Bauru : USC, 2008 [1999].

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BOTTOMORE, T. **Citizenship and social class, forty years on**. In: MARSHALL, T. H. & BOTTOMORE, T. **Citizenship and social class**. Londres: Pluto Press, 1992 [1950].

BRUNNER, O.; CONZE, W. & KOSELLECK, R. (eds). ***Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexicon zur Politisch-socialen Sprache in Deutschland***. 8 vols. Stuttgart: 1972-1993.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, R. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

CHAUÍ, M. **Raízes teológicas do populismo no Brasil: Teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados**. In DAGNINO, E. **Os anos 90: Política e sociedade no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHIGNOLA, S. **História dos conceitos e história da filosofia política**. In: FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. (orgs) **História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, E. **Os anos 90: Política e sociedade no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

FERES JÚNIOR, J. **De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner.** Dados (Rio de Janeiro. Impresso), Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 655-679, 2005.

FERES JÚNIOR, J. **Entrevista com Kari Palonen.** In: JASMIN, M. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola, 2006.

FERES JÚNIOR, J. & OINEI, V. **Entrevista com Melvin Richter.** In: JASMIN, M. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola, 2006.

FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. **Trajetórias e contatos da história conceitual.** In: FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. (orgs) **História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. (orgs) **História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

FERES JÚNIOR, J. **Para uma história conceitual crítica do Brasil.** In: FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. (orgs) **História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais.** São Paulo : Loyola, 1997.

HABERMAS, J. **Between facts and norms.** Cambridge: The MIT Press, 1998.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action.** Boston: Beacon Press, 1989, vol.2.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde.** São Paulo 1979-84. São Paulo: Cortez, 1989.

JAKOBSEN, U. **O conceito de cidadania no discurso público dinamarquês.** In: FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. (orgs) **História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

JASMIN, M. G. & FERES JÚNIOR, J. **História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual.** In: JASMIN, M. G. & FERES JÚNIOR, J. (Orgs) **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, p. 9-38, 2006.

KELLEY, D. R. **Nas Margens da *Begriffsgeschichte*.** In: JASMIN, M. G. & FERES JÚNIOR, J. (Orgs) **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, p. 9-38, 2006.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006 [1985].



KOSELLECK, R. **Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe***. In: JASMIN, M. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola, 2006.

KYMLICKA, W. **Filosofia política contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KYMLICKA, W. & NORMAN, W. **El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía**. In: Agora, Buenos Aires, n.º 7, 2002 [1997].

MAINWARING, S. & SHARE, D. **Transição por transação: democratização no Brasil e na Espanha**. Dados, v.29, n.2, Rio de Janeiro, 1986, p. 207-236.

MANN, M. **Ruling class strategies and citizenship**. In: BULMER, M. & REES, A. M. (eds.). **Citizenship today: the contemporary relevance of T. H. Marshall**. Londres: UCL Press, 1996.

MARSHALL, T. H. [1949]. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELO, M. P. C. **Quem Explica o Brasil**. Juiz de Fora: Editora UFJF; 1999.

MOTZKIN, G. **A intuição de Koselleck acerca do tempo da história**. In: JASMIN, M. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola, 2006.

PALONEN, K. **Tempos da política e temporalização conceitual: um novo programa para a história conceitual**. In: JASMIN, M. G. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: PUC/Loyola, 2007.

PALTI, E. J. **Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos**. In: FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. (orgs.) **História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

POCOCK, J. G. A. **Political Thought and History – Essays on Theory and Method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RICHTER, M. **Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura**. In: JASMIN, M. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola, 2006.

RICHTER, M. **Mais do que uma visão de mão dupla: analisando, traduzindo e comparando os conceitos políticos de outras culturas**. In: FERES JÚNIOR, J. & JASMIN, M. (orgs.) **História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

ROSANVALLON, P. **Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)**. Revista Brasileira de História, v. 15, n. 30, p. 09-22. São Paulo, 1995.

SAES, D. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo, 15 (42), pp. 379-410, 2001.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice.** São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, R. V. **O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições.** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, p. 123-151, 2009.

SILVA, R. V. **Identidades da teoria política: entre a ciência, a normatividade e a história.** Pensamento Plural, v. 1, p. 9-22, 2008.

SKINNER, Q. **Conventions and the understanding of speech acts.** Philosophical Quarterly 20 (79): 118-138, 1970.

SKINNER, Q. **Some problems in the analysis of political thought and action.** Political Theory 2 (3): 277-303, 1974.

SOMERS, M. **Citizenship and the place of the public sphere: Law, community, and political culture in the transition to democracy.** American Sociological Review, Chicago, October, Vol. 58, pp. 587-620, 1993.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis, Vozes, 1994.

WEBER, M. **Critical Studies in the Logic of the Cultural Sciences.** In: **The Methodology of the Social Science.** ABD Publishers, Jaipur, India, 2004.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Brasília: Editora da UNB, 2000, 2009 (reimpressão).